

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO LUIZ ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA COMO
UMA FERRAMENTA PARA O FISCO MUNICIPAL**

PARANAGUÁ

2011

EDUARDO LUIZ ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA COMO
UMA FERRAMENTA PARA O FISCO MUNICIPAL**

PROJETO TÉCNICO apresentado à
Universidade Federal do Paraná
para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública Municipal.
Orientador: Prof.^a Karla Closs Fonseca.

PARANAGUÁ

2011

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 1.1. APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA..... | 4 |
| 1.2. OBJETIVO GERAL DO TRABALHO..... | 5 |
| 1.3. JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO..... | 6 |
| 2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA..... | 8 |
| 3. METODOLOGIA..... | 14 |
| 4. A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA..... | 14 |
| 4.1. DESCRIÇÃO GERAL..... | 15 |
| 4.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA..... | 17 |
| 5. PROPOSTA..... | 23 |
| 5.1. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA..... | 23 |
| 5.2. PLANO DE IMPLANTAÇÃO..... | 25 |
| 5.3. RECURSOS..... | 31 |
| 5.4. RESULTADOS ESPERADOS..... | 33 |
| 5.5. RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS..... | 33 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 34 |
| 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA..... | 37 |

1. Introdução

1.1. Apresentação/Problemática

Um dos principais impostos do município atualmente é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A preocupação da Administração Pública somada às estratégias de fiscalização da equipe técnica de Fiscais Tributários tem procurado, cada vez mais, aumentar a arrecadação dos impostos e diminuir a sonegação dos mesmos junto aos municípios, sejam eles grandes ou pequenos. O ISSQN é o tributo que deve proporcionar as finanças municipais os recursos necessários para fazer face ao crescimento urbano, e na verdade é também, um tributo complexo de ser administrado.

Teoricamente, com o crescimento do comércio e da indústria, também cresceu o setor de serviços. Assim, acredita-se que o ISSQN deve ter um crescimento ainda mais acentuado ao longo do tempo. Em certo ponto, enquanto outros setores da economia primam por acentuada dinâmica evolutivos com o surgimento dos novos serviços, a lista de serviços tributáveis é estática, limitando-se apenas em cem itens. A Lista é rol onde constam discriminados, um a um, os tipos de atividades que podem ser tributados pelo ISSQN. Esta Lista consta no artigo 71 do CTN e teve sua redação alterada pela Lei Complementar 56 de 15/12/1987, pela Lei Complementar 100, de 22/09/1999 e pela Lei Complementar nº 116 de 31/07/2003. Desta forma, a maioria dos municípios mantém mesmos 100 itens da Lista temendo ser acusados de exigir tributo de forma ilegal ou inconstitucional.

Outro fator considerável refere-se ao cadastramento dos prestadores de serviços. O fato do cadastro constituído, em quase sua totalidade, de pequenos contribuintes, faz com que o processo de arrecadação seja otimizado, dificultando o gerenciamento deste tributo. Sem ainda contar que o ISSQN acarreta para o município um custo de: gerenciamento, manutenção de cadastro, cobrança da dívida ativa e rígida fiscalização para fazer com que a sonegação diminua e, assim, a arrecadação aumente.

Ressalta-se, também, a dificuldade de o ISS ser um tributo volátil, explica-se: enquanto no IPI e no ICMS o fisco conta sempre com elementos tangíveis que facilitam o controle e a fiscalização, o ISS não conta com levantamento de estoques e o registro de inventários. Em outras palavras, se na época da prestação de serviços não for feito

o registro em livros próprios, do valor do serviço prestado, dificulta a ação da fiscalização tendo poucos meios de se conhecer à ocorrência do fato gerador.

Finalmente, por não exigir a aplicação de capital, freqüentemente, é óbvio que a execução fiscal se torna mais difícil e seus resultados são mais incertos. Além disso, a não existência de capital exime a atividade da aplicação das normas do direito comercial, por isso o contribuinte do ISSQN pode ser definido como nômade, no sentido de que com maior facilidade e com alta freqüência são criadas pequenas empresas, que mudam do dia para a noite, e desaparecem sem deixar vestígios.

Ao elenco de dificuldades estruturais enumeradas se junta ainda às limitações legislativas, entrave dos mais fortes na legislação reguladora do ISSQN. Fortemente sujeito às Leis Federais, que vislumbram conflitos de competência tributária com uma infinidade de outros tributos estaduais e da União, estas cerceiam sobremodo a possibilidade de expansão do imposto.

Ajuda, ainda, a dificultar a cobrança do ISS à existência de regras diferentes para caracterizar o local da incidência do tributo. Assim, no caso da construção civil, o imposto é devido no local da obra, nos demais casos deve ser recolhido no local onde o estabelecimento prestador de serviço está localizado, ou na falta da localização ou do domicílio do prestador.

Outro ponto de difícil interpretação refere-se ao direcionamento das alíquotas do ISS, que além de permitir a evasão da receita tributária, cria condições propícias, para as discussões, sobrecarregando a administração e o Poder Judiciário.

1.2. Objetivo Geral do Trabalho

O objetivo principal deste trabalho é analisar e propor mecanismos que proporcionem uma maior utilização da Nota Fiscal Eletrônica pelas empresas Prestadoras de Serviços no Município de Paranaguá, pois ainda é muito grande o número de empresas que emitem a nota fiscal manual. Isto é, através das dificuldades apresentadas e analisadas, encontrarmos soluções que estimulem e beneficiem a estas empresas a aderir à nova ferramenta eletrônica.

Por onde começar? Quantas empresas utilizam a Nota fiscal Eletrônica? Quantas não utilizam? Por que as empresas não utilizam e quais são as dificuldades que elas

têm para aderirem a esta nova ferramenta? Como obter estas respostas? Qual o campo de pesquisa para obter estas informações? Quais as necessidades urgentes? O que poderíamos priorizar? O que fazer para aumentar o número das empresas que utilizam a Nota Fiscal Eletrônica? São estas algumas perguntas que analisaremos e buscaremos responder em nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

1.3. Justificativas do Objetivo

Diante da complexa problemática apresentada, justifica-se o presente estudo perante a necessidade de uma análise mais profunda sobre a importância da Nota Fiscal Eletrônica utilizada como uma ferramenta para o Fisco Municipal, no que se refere ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN.

Em face deste complexo mundo fiscal do Imposto Sobre Serviços é que iremos analisar, dentro das diversas tecnologias de virtualização de serviços públicos municipais, uma das principais ferramentas utilizadas, atualmente, para desenvolver uma fiscalização cada vez mais presente e bem sucedida junto ao município – a Nota Fiscal Eletrônica.

Hoje o sistema de escrituração fiscal do ISSQN já é utilizado por muitos municípios, como veremos mais a diante, tendo como objetivo facilitar, não apenas o dia a dia do Fisco Municipal, apresentando dados e informações específicas à Administração Pública, diminuindo a sonegação e, conseqüentemente, aumentando a arrecadação municipal, mas também com a função primordial de melhorar o atendimento aos contribuintes, aos contadores e às diversas empresas, grandes ou pequenas. A solução realmente facilita o trabalho dos contadores na administração das informações de seus clientes, além de permitir ao Gestor Financeiro do município, elaborar campanhas de controle e arrecadação com o ISSQN e processos de fiscalização junto a sua equipe especializada. Sem falar nos muitos processo e procedimentos que antes eram feitos manualmente e, hoje, podem ser agilizados pelos próprios contribuintes graças aos novos avanços da informática.

Não podemos esquecer que parte do crescimento na arrecadação destes municípios deve ser credito a uma boa equipe técnica de Fiscais Tributários, preparados e capacitados para utilizar estas ferramentas digitais. Como no caso da

Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, pois que valor teria a ferramenta sem uma boa equipe de profissionais para utilizá-la. Claro, que o sucesso neste caso refere-se também à gestão da administração pública municipal num todo, onde podemos incluir as outras equipes técnicas, como a de Planejamento, Dívida Ativa, Execução Fiscal, Jurídica etc., pois também são usuários destas novas ferramentas digitais de gestão fiscal.

A idéia proposta em nosso Projeto Técnico é apresentar os pontos negativos, ou seja, as maiores dificuldades que tem impedido que grande parte das empresas venha aderir a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços. A partir disto, então, destacarmos os benefícios e encontrarmos soluções que permitam com que a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço seja utilizada pela maioria das empresas cadastradas no município e, conseqüentemente, promovermos um aumento, significativo, da arrecadação do ISSQN, sem a criação de novos impostos ou aumento de alíquotas.

O projeto de nota fiscal de serviços eletrônicos no Brasil tem como objetivo o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, além de permitir ao contribuinte e ao prestador de serviços do município emitir as Notas Fiscais Eletrônicas por meio da Internet.

Trata-se de um documento fiscal cujo armazenamento é feito apenas de forma digital, eliminando o uso de papéis, com o objetivo de documentar, para fins fiscais, uma prestação de serviço. A disponibilização da Nota Fiscal Eletrônica é feita por meio de serviços informatizados e os dados enviados pelos contribuintes serão analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o arquivo.

A solução da Nota Fiscal Eletrônica no Brasil atende às normas do Protocolo de Cooperação ENAT nº 02 impostas pela ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) com integração com os sistemas bancários, fiscais e contábeis do município (ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Enfim, além de melhorar a qualidade e a quantidade de serviços prestados aos municípios, a nova solução garante ao prefeito, ferramentas para a adequação e o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal (Lei complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000). Além disso, a solução de gestão oferecida pela Nota Fiscal Eletrônica do

Brasil é disponibilizada no modelo de serviço, pela Internet, e oferece total apoio para a elaboração das leis para aplicabilidade do projeto.

2. Revisão Teórico-Empírica

O Projeto Técnico proposto refere-se à Importância da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços como uma ferramenta essencial para o Fisco Municipal. Porém, antes de qualquer coisa é fundamental analisarmos alguns conceitos que estão diretamente ligados ao tema em questão, como por exemplo: O que é o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN? Qual o conceito de “serviços” para efeitos tributários? O que é Nota Fiscal Eletrônica? E outras questões que estaremos conceituando a partir de agora.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, também conhecido como ISS, é um imposto brasileiro. Trata-se de um imposto municipal, pois somente os municípios têm competência para instituí-lo, conforme o Art.156, Inciso III, da Constituição Federal do Brasil. Há, porém, uma única exceção, o Distrito Federal, ou seja, é uma unidade da federação que tem as mesmas atribuições dos Estados e dos municípios brasileiros, conforme o Art. 147: “Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais”.

O ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços, seja ele prestado por empresas ou profissional autônomo, descritos na lista de serviços da Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003.

Geralmente, o ISSQN é recolhido ao município em que se encontra o estabelecimento do prestador do serviço. Este recolhimento somente é feito ao município no qual o serviço foi prestado, ou seja, no município do tomador do serviço, quando em caso dos serviços de: limpeza de imóveis, segurança, construção civil, fornecimento de mão-de-obra, armazenagem etc., pois estes são considerados por Lei como serviços caracterizados por sua realização no estabelecimento do cliente (tomador), conforme o Artigo 3º da Lei Complementar acima citada.

Os contribuintes do ISS são as empresas ou profissionais autônomos que prestam o serviço tributável, porém alguns municípios e, até mesmo, o Distrito Federal podem atribuir às empresas ou indivíduos tomadores de serviços a responsabilidade pelo recolhimento do imposto.

A alíquota do referido imposto pode variar de um município para outro. Através da Lei Complementar acima citada, a União fixou a alíquota máxima de 5% (cinco por cento) para todos os serviços. Sendo a alíquota mínima de 2% (dois por cento), conforme o artigo 88, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço prestado. A função deste imposto é predominantemente fiscal e mesmo não tendo alíquota uniforme, não podemos afirmar que se trata de um imposto seletivo. Porém, o ISS não incide sobre locação de bens móveis, conforme jurisprudência do STF (RE 116.121, Rel. Min. Marco Aurélio).

Para Carrazza (2000) o ISSQN é devido ao município em que o “serviço é positivamente prestado, ainda que o estabelecimento prestador esteja situado em outro município”. No entanto, cabe ressaltar que a Primeira Seção do STJ pacificou “o entendimento de que, para fins de incidência do ISS, importa o local onde foi concretizado o fato gerador, como critério de fixação de competência e exigibilidade do crédito tributário, ainda que se releve o teor do art. 12, alínea “a”, do Decreto-Lei nº 406/68.” (AgRg no REsp 334188, DJ 23.06.2003 p. 245). “O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis” (Súmula 138 do STJ). “O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares” (Súmula 274 do STJ).

No que se refere à definição de “serviço” é importante destacarmos aquele que realmente nos interessa, ou seja, o conceito de “serviço” para efeitos tributários.

Mandêta (1974) menciona que para efeitos de incidência de imposto, o conceito de “serviço” foi sempre definido por exclusão ao de “transferência de bens”. A segunda diretriz do Conselho da CEE, de 11 de abril de 1967, considera “transferência de um bem” toda “transferência do poder de dispor de um bem material como proprietário” (art.

5.º), sendo "prestação de serviços" "toda operação que não constitua transferência de um bem" (art. 6.º).

Adotou-se, então, o conceito econômico de serviço, assim entendido o bem econômico (meio idôneo para satisfazer uma necessidade) que não seja bem material, isto é, que não seja de extensão corpórea ou de permanência no espaço. Serviço, no sentido econômico, é sinônimo de bem imaterial, fruto do esforço humano aplicado à produção.

Segundo Martins (1998) serviço "é qualquer bem não material", servindo de exemplos, como diz o autor, "as atividades do barbeiro que nos corta o cabelo, do menino que apara a grama de nosso jardim, da orquestra que toca para o nosso prazer, da estrada de ferro que nos leva a outro Estado".

Martins (1998) explica bem essa produção de bens materiais e de bens imateriais:

"O trabalho que consiste em serviços, cria um artigo que de modo normal se consome precisamente durante o tempo da execução do serviço; o trabalho empregado na produção de objetos materiais, cria um artigo de consumo futuro. Não cabe dúvida que existe paralelismo de esforço produtivo entre o cabeleireiro que corta o cabelo de um cliente e o sapateiro que ao mesmo cliente faz um par de sapatos. A diferença está no fato do segundo produzir um objeto de utilidade material, enquanto que o primeiro não o produz, senão apenas presta um serviço." (MARTINS, 1998, p. 70).

Serviço, portanto, vem a ser o resultado da atividade humana na criação de um bem que não se apresenta sob a forma de bem material: a atividade do transportador, do locador de bens móveis, do médico, etc.

Para Martins (1998) o conceito econômico de "prestação de serviços" (fornecimento de bem imaterial) não se confunde e nem se equipara ao conceito de "prestação de serviços" do direito civil que é conceituado como fornecimento apenas de trabalho (prestação de serviços é o fornecimento, mediante remuneração, de trabalho a terceiros). O conceito econômico, não se apresentando acanhado, abrange tanto o simples fornecimento de trabalho (prestação de serviços do direito civil) como outras atividades: locação de bens móveis, transporte, publicidade, hospedagem, diversões públicas, cessão de direitos, depósito, execução de obrigações de não fazer, etc. (vendas de bens imateriais).

Assim, em se tratando de imposto, na parte relacionada com a prestação de serviços, onera uma área econômica bastante grande, abrangendo toda e qualquer venda de bem imaterial, tornando expressivo o objeto da tributação.

Ao longo do tempo, a arrecadação do ISSQN tem se tornado cada vez mais expressiva para a Administração Pública Municipal. Pois assim como cresce a sua arrecadação, aumenta também, o interesse do Fisco em criar estratégias para diminuir a sonegação e melhorar o atendimento, tanto no que se refere à qualidade das informações, quanto à rapidez com que elas são geradas. Em 22 de janeiro de 2007 o governo federal lançou o projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), como parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010).

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nasceu com alguns objetivos específicos, dentre os objetivos apontados no projeto, podemos destacar:

- a) Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais.
- b) Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- c) Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso as informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O SPED é composto por três grandes subprojetos: a Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica - Ambiente Nacional, sendo o último subprojeto, o nosso principal objeto de pesquisa, porém no Ambiente Municipal. A partir da implantação do projeto acima citado, SPED, abre-se um largo caminho para as novas tendências de convergência digital, incluindo também, os estados e os municípios.

A Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço (NF-e) tem como objetivo implantar um modelo específico de documento fiscal eletrônico para substituir, gradativamente, o modelo atual que é feito com a emissão de papel. Busca-se a

simplificação dos processos relacionados às obrigações acessórias, possibilitando o acompanhamento em tempo real das operações de prestação de serviços pelo fisco municipal.

Estas novas tecnologias de informação no âmbito das administrações públicas municipais têm como prioridade melhorar a prestação de serviços para a sociedade, também conhecidas como e-governo. Além de este termo demonstrar uma associação mais estreita com a Internet, ele engloba uma série de atividades fiscais e econômicas na grande rede.

Segundo Chahin e Cunha (2004) o Brasil já desponta como líder em e-governo entre os países em desenvolvimento, porém, esse movimento se desenvolve em escala mundial, sendo várias as experiências já comprovadamente exeqüíveis e que com as devidas adaptações poderiam ser utilizadas no Brasil com sucesso.

“A telemática – a união das tecnologias de informação e de comunicação eletrônicas digitais e convergentes – oferece meios poderosos e cada vez mais baratos de aperfeiçoar nossa democracia, pagar nossa dívida social e estimular nossa economia.” (CHAHIN e CUNHA, 2004, p. 3).

Para Fernandes (2004) as concepções, os modelos, as tecnologias e os instrumentos associados ao e-governo tem todo o potencial necessário para aplicar as principais diretrizes norteadoras da reforma da administração pública. O Brasil tem apresentado, ao longo dos anos, importantes inovações na administração federal e em sintonia com as tendências internacionais abrigadas sob a denominação da “nova gestão pública”, os estados e municípios têm acompanhado a estes movimentos semelhantemente.

“O tema governo eletrônico ingressou nas agendas governamentais com grande visibilidade e ensejou a discussão sobre seu sentido e as implicações para as experiências da reforma administrativa.” (FERNANDES, 2004, p. 102).

Podemos dizer que a eficiência administrativa é o farol que tem orientado o governo brasileiro em suas práticas e em seus procedimentos necessários ao

cumprimento da principal finalidade da administração pública, suprir as necessidades coletivas da população.

Atualmente, as Administrações Tributárias tem despendido de grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais pelos contribuintes. A quantidade de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados têm crescido num ritmo gigantesco. Aumentando, na mesma proporção, os riscos de sonegação e os custos do Município para detectar e prevenir a evasão tributária. Tudo isto tem gerado muito debate no cenário Administrativo do nacional, proporcionando um alto grau de descentralização fiscal e necessitando de um controle mais efetivo e eficiente sobre os diversos aspectos tributários em uso de todos os municípios do país.

A Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços tem como alguns dos principais objetivos: diminuir custos, ampliar a arrecadação e modernizar a gestão pública, pois se trata da mais nova ferramenta de controle fiscal proposto pelo poder executivo, não apenas para beneficiar ao governo federal, mas também aos municípios.

Segundo Castells (1999) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são conjuntos convergentes de tecnologias em microeletrônica, computação (*software e hardware*), telecomunicações/rádiodifusão e opto eletrônica. Inclui também, a engenharia genética.

Para Sen (2000) considera que as Comunicações Mediadas por Computadores (CMC) são um novo tipo de espaço social com um grande potencial libertador. A tecnologia do CMC possibilita aos cidadãos poderes intelectual, social, comercial e político. Para aproveitar esse poder latente, o autor alerta que é necessária uma população informada sobre o poder e capaz de utilizá-lo de uma forma deliberada e inteligente. Adverte que a mesma ferramenta que poderia revitalizar a esfera pública se for inadequadamente controlada, pode converter-se em instrumento de tirania.

Entretanto, Negroponte (2006) aponta o desenvolvimento das TIC, como sendo um salto de qualidade de vida e modificação social. Para ele essas novas ferramentas desenvolvidas para integrar e convergir todas as tecnologias existentes aproxima as camadas sociais que foram antes separadas pela evolução social nos tempos modernos.

Tanto para Osborne e Gaebler (1995), quanto para autores acima citados, há uma grande possibilidade de os governos e as instituições políticas utilizem as Tecnologias da Informação de Comunicação – TIC para aumentar a eficácia de seus serviços, desenvolvendo ou reforçando as democracias representativas e participativas.

É essencial que todos os segmentos da sociedade estejam bem representados e possam participar de uma boa gestão de governança, assim como algumas Instituições Financeiras de destaque mundial, como o Banco Mundial, por exemplo. Mas para que isto aconteça, exige-se um governo aberto, transparente, com canais de participação; são fundamentais algumas parcerias consistentes com outras instituições Públicas, inclusive, com o setor privado; trata-se de uma permanente e virtuosa integração do governo com o cidadão. Porém, não podemos nos esquecer da importância de sempre respeitar o modo de conduta ética, para servir de exemplo, motivar a própria administração e encorajar os membros da sociedade civil a participar no processo de desenvolvimento social.

3. Metodologia

Destacamos algumas etapas importantes para obtermos sucesso na condução deste projeto técnico e, conseqüentemente, extrairmos o melhor resultado possível, no que se refere à utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço:

- I – Levantar informações de empresas, através de Pesquisa de Campo, que tem aderido a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço e tem obtido êxito em sua utilização;
- II – Levantar informações, através de Pesquisa de Campo, daquelas empresas que por razões diversas ainda não aderiram à ferramenta eletrônica e quais os motivos que as levaram a não utilização da mesma;
- III – Analisar, através de dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o percentual das empresas que aderiram e das empresas que não aderiram a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço;
- IV – Propor estratégias que permitam que o percentual das empresas que utilizam a ferramenta eletrônica aumente e, conseqüentemente, diminua o percentual daquelas empresas que ainda utilizam a Nota Fiscal manual;

Este trabalho abordará diversas questões relacionadas aos benefícios e as dificuldades da utilização da Nota Fiscal Eletrônica, baseado no método de Planejamento Estratégico Situacional (PES), através de informações feitas por pesquisa de campo e do sistema de cadastro fornecido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

4. A Organização Pública

4.1. Descrição Geral

Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFA, setor de Fiscalização Tributária, responsável pelo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, com uma arrecadação mensal de mais de cinco milhões de reais e um quadro funcional, regido por um regime estatutário municipal próprio, com mais de quatro mil funcionários.

O município de Paranaguá é referência litorânea paranaense pela importância do porto para a economia do Paraná, possui um dos mais belos conjuntos arquitetônicos coloniais do Estado, o qual é valorizado em função da sua representatividade e de seu potencial turístico.

A geografia do município de Paranaguá possui uma Área de 826,652 km²; População de 140.450 hab. cont. IBGE/2010; Densidade de 161,6 hab./km²; Altitude de 5 metros; Clima Subtropical Cfa; Fuso horário UTC-3. Seus indicadores apresentam IDH de 0,782 médio PNUD/2000; PIB de R\$ 3.970.088 mil (BR: 79º) IBGE/2005; PIB per capita de R\$ 27.418,00 IBGE/2005.

Com relação a seus aspectos econômicos, o município de Paranaguá apresenta a seguinte participação no PIB Municipal: Agropecuária: 0.29%; Indústria: 20.83%; Serviços: 78.89%; Produto Interno Bruto: US\$ 379,682,420.83; PIB per capita: US\$ 3,316.21; População Economicamente Ativa: 58,763 hab.

Alguns dos Repasses com importância significativa para o município são: ICMS, IPVA, Fundo de Exportação e Royalties de Petróleo.

Os principais produtos Agrosilvopastoris são: Banana, Camarão Marinho (de captura) e Alevinos.

A indústria dominante no município de Paranaguá é a Química e a de Produtos Alimentares.

| Distribuição das Atividades Econômicas (Número de estabelecimentos sujeitos ao recolhimento do ICMS, por setor) | | |
|--|--|-----------------------|
| SETOR | Nº Total de Estabelecimentos no Município | Participação % |
| Indústria | 191 | 0.52 |
| Comércio Varejista | 1.166 | 0.48 |
| Comércio Atacadista | 209 | 0.79 |
| Serviços | 565 | 0.48 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá

O município histórico, datado da primeira metade do século XVI, tem em sua função principal a de porto escoador da produção do Estado que o interliga a todas as demais regiões, bem como a outros estados e ainda ao exterior. As construções de suas docas datam de 1934, quando passou a figurar entre os principais portos do Brasil, com a denominação de Porto D. Pedro II.

Testemunha de mais de 400 anos de história, guarda ainda vestígios da época da colonização em seus casarios de fachada azulejada, em suas ladeiras de pedra e em suas igrejas. Criado através da Lei nº05 de 29 de julho de 1648, e instalado na mesma data, foi desmembrado do Estado de São Paulo. Distâncias da Capital: 91 km do Porto de Paranaguá. Aeroporto mais próximo: 90 km (Curitiba).

A história nos conta que Paranaguá significa “Grande Mar Redondo”, na língua tupi-guarani. Era assim que os índios denominavam a formosa baía - Pernaguá, Parnaguá, Paranaguá. O povoamento do litoral do Paraná começou por volta de 1550, na ilha da Cotinga, servindo mais de ponto referencial no processo de investigação e buscas auríferas.

Duas décadas depois, os pioneiros, à frente Domingos Peneda, natural de São Paulo, temido e conhecido como “Régulo e Matador”, considerado o fundador da povoação, conquistaram a margem esquerda do rio Taguaré (Itiberê) habitado pelo indígena Carijó.

Atraídos pelas notícias da existência de ouro que se presumia existir nas chamadas terras de Sant'Ana, ao sul da Capitania de São Vicente, vicentinos e cananeenses intensificaram a navegação em busca de riquezas que o território talvez pudesse oferecer.

Nos anos de 1550, através de Ararapira e Superagüi, penetrando e navegando a vasta e bela baía de Paranaguá, as canoas vicentinas aportaram na ilha da Cotinga, próxima do continente. Admirados de ver em derredor muitas habitações de índios carijós, e receosos talvez de que lhe fizessem alguma traição, foram em direitura da ilha da Cotinga, para o lado do furado que a divide da ilha Rasa, onde principiaram as suas habitações.

4.2. Diagnóstico da Situação-problema

Com base em informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFA, setor de Fiscalização Tributária, responsável pelo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e de uma Pesquisa de Campo, efetuada durante os meses de Julho e Agosto de 2011, com aproximadamente 100 (cem) empresas prestadoras de serviços, localizadas e cadastradas no município de Paranaguá, conseguimos levantar alguns dados de extrema importância e que nos ajudarão a compreender porque uma grande maioria das empresas ainda não optou pela utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Paranaguá dispõe de um sistema de cadastro chamado Giss On Line (Gestor de Imposto Sobre Serviço On Line). Trata-se de uma empresa terceirizada cuja matriz está localizado na grande São Paulo – SP. O sistema está funcionando no município de Paranaguá desde Maio/2005, onde ficou em teste durante dois meses e exigida a sua utilização a partir de Julho/2005, conforme Decreto Municipal nº 466 de 06 de maio de 2005 que institui o sistema Eletrônico de Gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Um dos principais objetivos do Sistema Giss On Line é fornecer todo o apoio técnico para que as empresas apresentem a sua Escrituração Fiscal Eletrônica mensalmente, através da ferramenta eletrônica.

Em 16 de Julho de 2011 a Prefeitura Municipal de Paranaguá, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, realizou uma palestra sobre a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço e sobre o Sistema de abertura de empresas e alteração cadastral (iCad On Line). O evento foi direcionado, principalmente, a empresários e

contabilistas da cidade, que tiveram a oportunidade de conhecer melhor essas duas novas ferramentas eletrônicas.

A Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, também conhecida como NFS-e foi regulamentada pelo Decreto Municipal de Paranaguá – PR nº 2.087 de 10 de outubro de 2007. Esta ferramenta eletrônica é um moderno sistema de emissão de notas fiscais e pode ser acessado de qualquer computador com internet. Já o iCad Online permite a solicitação de abertura ou encerramento de empresas, alteração cadastral e o cancelamento da inscrição municipal, totalmente via internet, sem a necessidade de se deslocar à Prefeitura de Paranaguá.

A partir da implantação da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, dispensa-se o processo de escrituração fiscal, uma vez que o sistema Giss On Line escritura, automaticamente, todas as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas via internet, eliminando o trabalho de escrituração.

Dentre os muitos benefícios proporcionados pela utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, também conhecida como NFS-e, apresentaremos alguns deles:

- Proporciona ao Prestador de Serviços maior comodidade para utilizar o sistema em qualquer lugar do país;
- Confere segurança e agilidade no processo de emissão da NFS-e;
- Traz comodidade por não precisar mais escriturar suas notas fiscais no livro do Prestador;
- Possui integração automática com o livro eletrônico, trazendo os dados cadastrais do Prestador de Serviço;
- Elimina os erros de preenchimentos de documentos de arrecadação e no registro de seu pagamento;
- Reduz custos de aquisição de papel, contribuindo para melhorar o meio ambiente;
- Reduz custos com impressão, já que o Tomador de Serviços recebe a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica emitida pelo Prestador de Serviços em seu e-mail;

Mesmo com tantos benefícios proporcionados pela utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço para as empresas e para os seus contadores, ainda é muito pequeno o número de empresas que optaram por esta nova ferramenta. Isto nos faz perguntar: Por que isto ocorre? Quais os verdadeiros motivos que continuam levando as empresas a solicitarem a emissão de Nota Fiscal Manual?

Segundo informações da Secretaria Municipal da Fazenda de Paranaguá, aproximadamente, quase cinco mil empresas prestadoras de serviços ainda não solicitaram a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) para a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço. Segundo o Diretor de Arrecadação, isto acontece porque uma parte destas empresas está inativa, porém a sua grande maioria ainda solicita a AIDF para emissão de Nota Fiscal Manual.

Ainda, segundo dados fornecidos pelo Departamento Fiscal da Prefeitura de Paranaguá, aproximadamente, 230 empresas prestadoras de serviços encontram-se ativas com relação à emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço.

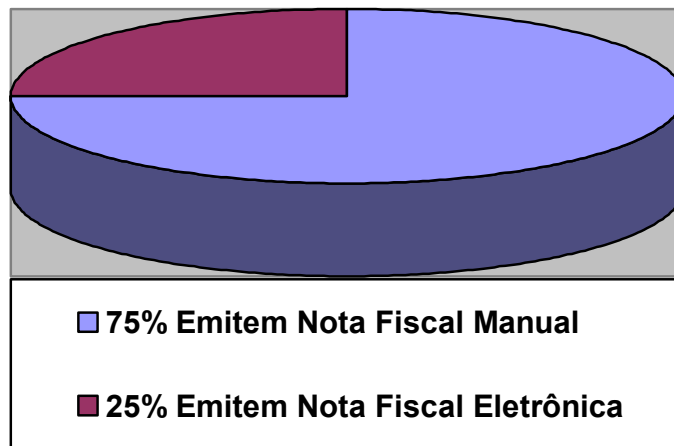
Se analisarmos bem a situação que nos é proposta, é muito pequeno o número de empresas prestadoras de serviço que aderiram a esta nova ferramenta eletrônica. Mesmo que a quantidade de empresas inativas chegue a uns 10% (dez por cento), ainda assim, o número de empresas optantes pela Nota Fiscal Eletrônica não chega a 5% (cinco por cento).

A partir de agora vamos analisar os dados apresentados pelas empresas prestadoras de serviço, através de uma Pesquisa de Campo, realizada durante o período de Julho e Agosto/2011.

Destacamos, ainda, que a referida pesquisa refere-se somente as empresas que se encontram “Ativas” e localizadas no município de Paranaguá.

Na seqüência, podemos observar que de um total de 100 (cem) empresas pesquisadas, apenas $\frac{1}{4}$ (um quarto) delas utiliza a Nota fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, ou seja, $\frac{3}{4}$ (três quartos) ainda utilizam a Nota fiscal Manual, conforme o gráfico abaixo nos mostra em porcentagem.

PERCENTUAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS QUE EMITEM NOTA FISCAL
(100 EMPRESAS PESQUISADAS)

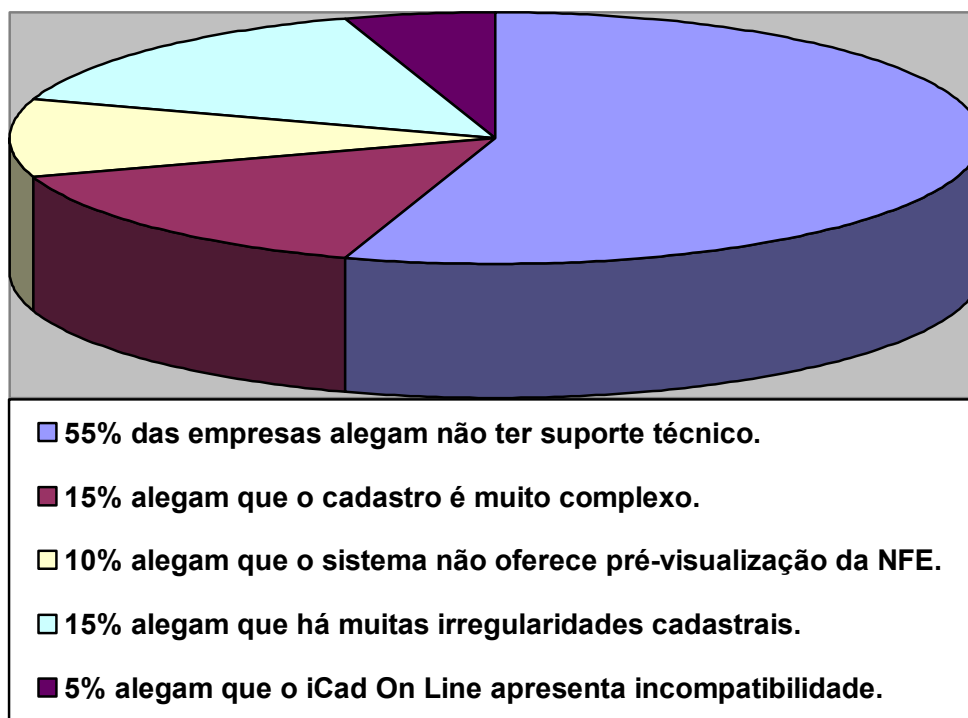


Com base nos dados acima citados, descobrimos também que do percentual de empresas que emitem Nota Fiscal Manual:

- 75% (setenta e cinco por cento) delas alegam estar acostumadas com o bloco de Notas Fiscais convencional;
- 10% (dez por cento) das empresas (micro empreendedores) ainda não têm computadores, nem impressoras em seu estabelecimento comercial, por se tratar de pequenos negócios, na maioria das vezes; e
- 15% (quinze por cento) ainda alegam desconhecer a existência da Nota Fiscal Eletrônica.

Observemos, na sequência, o Rol de Dificuldades apresentadas pelas 100 (cem) empresas pesquisadas, através de um questionário simples e objetivo. Estão inclusas nesta pesquisa, tanto as empresas que utilizam a Nota fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, como as empresas que deixaram de utilizá-la devido aos diversos problemas técnicos encontrados, logo após a sua implantação, conforme gráfico abaixo.

ROL DE DIFICULDADES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS QUE UTILIZAM
A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
(100 EMPRESAS PESQUISADAS)



Análise sobre os Principais Problemas Apontados:

a) Falta de Suporte Técnico

Muitas empresas demonstraram sua insatisfação com relação à falta de suporte técnico fornecida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, principalmente, no que se refere ao suporte técnico fornecido através da empresa responsável pelo sistema de cadastro municipal Giss On Line, pelo qual é feita a Escrituração Fiscal de Prestação de Serviço do município. As empresas alegam que pelo motivo da empresa terceirizada estar localizada em São Paulo - SP é muito difícil conseguir contatá-la e isto acaba dificultando o processo de escrituração fiscal e o torna cada vez mais lento, quando ocorre qualquer problema com o sistema.

b) Cadastro Complexo

Algumas empresas têm encontrado dificuldades no cadastramento da senha de acesso da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, pois segundo nos foi relatado por elas, à referida senha que é fornecida pelo sistema de cadastro municipal Giss On Line, através da solicitação de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), não funciona. Esta dificuldade já fez com que muitas empresas que já haviam solicitado a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas de Prestação de Serviço, simplesmente, desistissem de emití-la eletronicamente.

c) Sem Pré-visualização da NFE

Outro problema apontado pelas empresas foi, justamente, a “não visualização” da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, antes de gerá-la. Ou seja, se houver qualquer erro de escrituração, como por exemplo: CNPJ, inscrição municipal, endereço, data, valores, abatimentos etc., não é possível alterá-los, antes de gerar a Nota Fiscal Eletrônica. Uma das empresas pesquisadas mencionou, inclusive, que este problema também foi apresentado pela Nota Fiscal Eletrônica (SPED), autorizada pelo Governo do Estado, porém a falha foi detectada e o Programa de NF-e SPED, em sua nova versão atualizada, já foi corrigido.

d) Cadastro Irregular

As irregularidades cadastrais também têm gerado muitos transtornos na hora da escrituração fiscal, segundo as empresas pesquisadas. Isto, porque algumas empresas deixam de atualizar seus dados cadastrais na Prefeitura Municipal de Paranaguá, quando muitas vezes já o fizeram na Junta Comercial do Paraná ou no Cartório. Estas irregularidades atrapalham na emissão da Nota Fiscal Eletrônica, principalmente, porque se houver qualquer dado desatualizado, não será possível uma Pré-visualização da referida nota. Gerando assim, uma nota com dados incorretos, conforme o problema abordado anteriormente.

e) iCad On Line Apresenta Incompatibilidade

Outra dificuldade que as empresas têm encontrado é na utilização da nova ferramenta eletrônica iCad, que de uma forma ou outra, está diretamente ligada a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, pois refere-se as atualizações de dados cadastrais das empresas prestadoras e tomadoras de serviços. O iCad foi implantado, recentemente, pela Prefeitura Municipal de Paranaguá com o objetivo de solicitar a abertura ou encerramento de empresas, alteração cadastral e o cancelamento da inscrição municipal, totalmente via internet, sem a necessidade de deslocar-se à Prefeitura. Porém, por ainda estar em fase de experiência, naturalmente, ele ainda apresenta algumas incompatibilidades. O problema é que, sem as devidas alterações cadastrais, o sistema acaba gerando, também, Notas Fiscais Eletrônicas incorretas.

5. Proposta

5.1. Desenvolvimento da Proposta

O trabalho em questão apresenta como proposta buscar soluções conjuntas na esfera do Governo Municipal com o objetivo de promover uma maior integração administrativa, padronizando e melhorando a qualidade das informações; a racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos. Tudo isto, com o objetivo de aumentar, significativamente, o percentual das empresas que utilizam a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço no município de Paranaguá. Visto que, a principal dificuldade apresentada pelas referidas empresas que não utilizam a NFS-e é, justamente, a Falta de Suporte Técnico, apontada por aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos contribuintes pesquisados.

Porém, para que isto aconteça é necessário que se obedeça a todos os padrões da Nota Fiscal Eletrônica estabelecido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e faz parte do

Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil (PAC 2007-2010) – programa de desenvolvimento que tem por objetivo promover a aceleração do crescimento econômico no país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Como base nos dados obtidos através da pesquisa de campo acima citada, do percentual de empresas que emitem Nota Fiscal Manual, 15% (quinze por cento) ainda alega desconhecer a existência da Nota Fiscal Eletrônica.

Isto ocorre devido à falta de esclarecimento, por parte dos profissionais da área de contabilidade, mas também, por parte da administração pública, que muitas vezes deixa de propagar informações importantes e de interesse exclusivo do contribuinte.

O contribuinte precisa saber, principalmente, que a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço possibilita mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo diversos benefícios e vantagens às partes envolvidas em uma transação de prestação de serviço, sendo descritos a seguir, com base no disposto do Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica:

Benefícios para o Contribuinte Prestador do Serviço (Emissor da NF-e):

- Redução de custos de impressão;
- Redução de custos de aquisição de papel;
- Redução de custos de envio do documento fiscal;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes.

Benefícios para o Contribuinte Tomador do Serviço (Receptor da NF-e):

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção dos serviços;
- Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
- Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;

- Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com prestadores de serviços.

Benefícios para a Sociedade:

- Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente;
- Incentivo às transações eletrônicas e ao uso de novas tecnologias;
- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.

Benefícios para as Administrações Tributárias:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os Fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de prestação de serviços;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Municipal da Fazenda.

5.2. Plano de Implantação

Atualmente, a Secretaria Municipal da Fazenda de Paranaguá oferece um software gratuito para emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, sem limite de utilização. Esta ferramenta pode ser utilizada a qualquer hora do dia pela internet, na página da Prefeitura de Paranaguá, através do sistema de escrituração Giss On Line. Porém, ainda não há um atendimento específico de suporte a utilização da NFS-e.

Nossa proposta principal é oferecer as empresas de Paranaguá um Serviço de Atendimento ao Contribuinte (SAC) voltado a utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço ou, também chamada, NFS-e.

Este atendimento à NFS-e poderá ser aplicado no mesmo lugar onde já são realizados outros tipos de atendimentos como: IPTU, Alvará, Vigilância Sanitária,

ISSQN e se encontram centralizados no chamado: “Atendimento Fácil”. Porém, o SAC da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço poderia estar disponível através de um guichê específico, onde as empresas poderiam tirar todas as suas dúvidas e utilizar um computador com impressora, gratuitamente, quando fosse preciso.

O SAC (NFS-e) tem como objetivo principal, mais do que um simples apoio, de educação fiscal aplicada diretamente às empresas prestadoras de serviços, junto aos seus, respectivos, contadores. Isto, também, está ligado à aplicação de alguns meios de propagação da NFS-e e que são essenciais para uma maior utilização desta importante ferramenta eletrônica como, por exemplo:

- **Propaganda:** O termo "propaganda" tem a sua origem no gerúndio do verbo latim *propagare*, equivalente ao português propagar, significando o ato de difundir algo. Trata-se de um modo específico de apresentar informação sobre um determinado produto, que visa influenciar a atitude de uma audiência para uma causa, posição ou actuação. Há quem diga que: “*A propaganada é a alma do negócio*”. Desta forma, acreditamos que as empresas, ou seja, os contribuintes, mais do que comunicados, precisam ser influenciados à utilização desta nova ferramenta eletrônica, que não deixa de ser, também, um produto eletrônico gratuito.
- **Material Fiscal Educativo:** Todo material fiscal educativo é de extrema importância para a propagação, não só da NFS-e, mas de todo o sistema de arrecadação tributário, pois a Educação Fiscal deve ser compreendida pela administração pública como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e a governo arrecadador; e

- **Palestras:** As palestras são de extrema importância para a inclusão da NFS-e na rotina diária das empresas e dos seus, respectivos, contadores, pois se trata de uma apresentação formal sobre um determinado assunto. Neste caso, estão relacionadas à importância, as vantagens, a eficiência, a agilidade nos processos, ao baixo custo, a preservação ao meio ambiente e outros diversos benefícios ligados a utilização da NFS-e. Cabe ao palestrante apresentar ao contribuinte o impacto positivo que a referida ferramenta eletrônica pode proporcionar ao sistema tributário municipal. Todo este investimento com propaganda, somado ao material fiscal educativo devem ser acompanhados por palestras, proporcionados pela própria administração municipal, com o intuito de fornecer um maior conhecimento à sociedade sobre o sistema tributário municipal e, conseqüentemente, estimular os contribuintes à utilização das NFS-e.

Para obtermos sucesso na condução de qualquer projeto técnico é importante observarmos alguns fatores e utilizarmos com prudência os recursos disponíveis para extrair o maior e melhor resultado possível, visto que esta tarefa está diretamente relacionada à imagem da Administração Pública Municipal de Paranaguá. Destacamos três fatores importantes como:

I – Designar uma Equipe Interna:

Podemos dizer que o sucesso estratégico de qualquer Projeto Técnico está, justamente, em delegar responsabilidades a equipes específicas de funcionários que entendam a visão do administrador público, para então executá-las de forma econômica e prática, num menor espaço de tempo possível.

II – Designar uma Equipe Qualificada:

Para que uma equipe interna de funcionários possa obter sucesso na alocação destes recursos, é necessário que a equipe responsável pelo Projeto Técnico possua recursos humanos qualificados, ou seja, que sejam capazes de desenvolver as diversas etapas para a devida execução destas ações.

III – Planejar e Implementar:

E necessário que haja uma aproximação entre o planejamento e a implementação, tanto no que se refere à estrutura institucional quanto de gestão. As reformulações entre planejamento e implementação devem ser constantes, pois um depende do outro para serem eficientes.

Após designarmos a equipe de funcionários, prontamente qualificada, que estará responsável para executar o Projeto Técnico proposto pela Administração Pública Municipal, é importante detectarmos algumas das áreas essenciais e que, também, estão diretamente ligadas ao cenário do SPED, pois a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) precisa estar enquadrada nos padrões nacionais do SPED como, por exemplo:

- **Tecnologia de Informação e Comunicação:**

Deve-se atualizar os sistemas das empresas e implementar novas soluções para a geração dos arquivos magnéticos definidos pelo SPED. Além disso, as empresas têm que preparar a sua infra-estrutura de telecomunicações para garantir um ambiente adequado ao volume de informações que serão transmitidas/recebidas na comunicação com os Fiscos. O uso de sistemas de gestão e informação será cada vez mais freqüente, uma vez que, fundamentalmente através destes sistemas, as informações eletrônicas serão retiradas e processadas para que, então, sejam transmitidas ao Fisco. Os sistemas de informação e gestão empresarial, por sua vez, terão de trabalhar de forma cada vez mais integrada, possibilitando às empresas uma correta manipulação das informações digitais e fornecendo segurança total quanto à integridade de tais informações. Outra questão muito importante é que os contribuintes estarão obrigados a efetuar a guarda dos arquivos eletrônicos, ou seja, deverão contar com estrutura tecnológica para efetuar tal guarda digital.

- **Infra-Estrutura Física:**

No novo cenário, totalmente eletrônico, as empresas terão, eventualmente, que revisar a sua infra-estrutura física, para a adequação às diversas situações que podem ocorrer, como por exemplo: a aquisição de novos computadores para os pontos de recebimento de notas; a disponibilização de um local para a instalação de equipamentos para o armazenamento dos dados eletrônicos, etc.

- **Pessoas:**

O SPED promove a quebra de alguns paradigmas, como por exemplo, o manuseio das notas fiscais em papel e a entrega de várias obrigações fiscais. Por este motivo, as pessoas envolvidas nestes processos são diretamente impactadas pelas mudanças do SPED, levando as empresas a investir em capacitação para que todos tenham o perfeito entendimento do novo cenário, para assim estarem completamente adequadas a esta realidade. O SPED exige uma mudança cultural nos profissionais, seus processos de trabalho e mudanças de visão voltadas para o negócio das empresas.

- **Comunicações:**

Como o SPED envolve várias áreas de negócios, as empresas têm que se preparar para que os processos tenham uma comunicação eficiente, garantindo assim o fluxo das informações, e conseqüentemente, o atendimento ao SPED por completo.

- **Legislação:**

No cenário do SPED, os Fiscos Federal, Estadual e Municipal estão integrados nos processos fiscal-tributários do país, gerando a possibilidade da redução e simplificação das legislações existentes. Além disso, mantendo-se esta tendência, o número de obrigações fiscais será

reduzido, gerando um ambiente de negócios melhor para as empresas, evitando retrabalhos.

- **Processos de Negócios:**

O SPED promove impactos diretos em diversos processos de negócios das empresas, como por exemplo, no faturamento (que passa a ser eletrônico), no recebimento das notas fiscais (que também passa a ser eletrônico), no atendimento às obrigações fiscais, nos novos prazos, entre outros.

O SPED compreende três grandes subprojetos: SPED Contábil ou Escrituração Contábil Digital – ECD; SPED Fiscal ou Escrituração Fiscal Digital – EFD; e a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Apesar de estarmos focando como tema principal deste projeto, apenas o último grande subprojeto acima mencionado, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), nós gostaríamos de destacar também que, a completa implantação do SPED busca atingir os seguintes objetivos, conforme prevê seu portal na internet:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);

- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

5.3. Recursos

Por tratar-se de um projeto técnico aplicado, diretamente, no prédio da Prefeitura Municipal de Paranaguá, mais especificamente, na Secretária Municipal da Fazenda. Todos os recursos necessários ao sucesso do projeto em questão precisarão ser aportados pela própria Prefeitura Municipal de Paranaguá, aportes como:

- **Recursos econômicos:** são aqueles que serão aplicados não apenas na compra de novos equipamentos (exemplo: computadores, impressoras, telefones, cadeiras, guichês), mas também, na compra de material fiscal educativo para distribuição gratuita (exemplo: panfletos, cartilhas etc.) e propaganda, que poderão ser lançadas tanto em outdoors, como em rádios e TVs locais;
- **Recursos operacionais:** são os trabalhos operacionais que podem ser desenvolvidos pelos próprios funcionários da Prefeitura de Paranaguá,

tecnicamente qualificados para a execução dos mesmos (exemplos: engenheiros, construtores, eletricitas, montadores etc.);

- **Contribuições de horas de equipes:** são desenvolvidas pelas equipes internas qualificadas a que nos referimos anteriormente, responsável pelo planejamento e pela implementação do projeto em questão (ex: funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento, da Secretaria Municipal da Fazenda, como técnicos administrativos, fiscais tributários etc.); e
- **Contribuições de equipamentos:** assim como nos referimos aos recursos operacionais, os equipamentos utilizados na execução da mão de obra pelos funcionários da Secretaria Municipal de Obras podem ser da própria Prefeitura de Paranaguá.

A seguir, apresentaremos um modelo simplificado de orçamento comparativo por operação entre o planejado x o executado, ou seja, o que foi previsto do orçamento e o que foi efetivamente desembolsado, em um período de 03 (três) meses:

| Operação/Atividade | Horas de Trabalho | Aporte do Município | Custo em Dinheiro |
|--------------------------------|-------------------|---|-------------------|
| Recursos econômicos | - | - | R\$ 20.000,00 |
| Recursos operacionais | 320 horas | Pagamento do Salário dos Funcionários Operacionais | - |
| Contribuições/horas de equipes | 40 horas | Pagamento do Salário dos Funcionários Administrativos | - |
| Contribuição de equipamentos | 120 horas | Utilização dos Equipamentos da Prefeitura | - |
| Total Previsto | | | |
| Total Desembolsado | | | |

5.4. Resultados Esperados

Para sabermos se realmente o projeto em questão está dando certo, o avaliaremos em um período de 03 (três) meses, com o objetivo de analisar os resultados obtidos em sua implantação. Mas, para isto precisamos voltar à situação-problema exposta inicialmente, através das informações obtidas junto a Secretaria Municipal da Fazenda de Paranaguá e dos dados de nossa pesquisa de campo.

Tendo em vista que, das 100 (cem) empresas pesquisadas, no Município de Paranaguá, apenas 25% (vinte e cinco por cento) utiliza a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço, e com base nos motivos relatados pelas mesmas, a principal dificuldade apresentada por elas é, justamente, a Falta de Suporte Técnico, apontada por, aproximadamente, 55% (cinquenta e cinco por cento) dos contribuintes.

Esperamos que com a implantação do Serviço de Atendimento ao Contribuinte (SAC) voltado a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), através de um sério investimento em Propaganda, Material Fiscal Educativo e Palestras haja uma grande repercussão e conscientização, por parte dos contribuintes. Isto é, um aumento significativo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em sua utilização, por parte das empresas prestadoras de serviços que emitem Nota Fiscal.

5.5. Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo-corretivas

Todos os projetos também têm riscos, por isto vamos fazer uma rápida análise de risco, levando em consideração algumas situações envolvendo: planejamento, aprovação, implantação, gerenciamento, recursos etc. Dentre elas, podemos citar:

- **Incoerência na Estrutura do Projeto:** é preciso ter coerência na criação de qualquer projeto, cabe aos profissionais da Secretaria Municipal de Planejamento da Administração Pública fazerem uma profunda análise para decidirem se há ou não lógica na estrutura do mesmo;
- **Não Aprovação da Câmara Municipal de Paranaguá:** é importante sabermos se o projeto em questão depende ou não de aprovação de lei, doutra forma os vereadores poderão ou não votar a favor do mesmo;

- **Previsão Orçamentária Insuficiente:** outro possível risco a ser considerado é com relação à questão orçamentária, pois toda secretaria tem uma cota a ser gasta anualmente pela administração, mas se não houver orçamento previsto suficiente para o projeto, não haverá como implantá-lo;
- **Mau Gerenciamento:** uma das questões mais importantes de um projeto é, justamente, na escolha de equipes tecnicamente qualificadas para a execução do projeto em questão. Doutra forma, o risco de um mau gerenciamento pode trazer sérios prejuízos para a administração pública municipal de Paranaguá, levando todo o projeto água abaixo.

6. Conclusão

Tão importante como o início de um projeto é a sua conclusão. Há quem diga que: “Mais importante de como se inicia algo, é como se termina...” Contudo, é essencial levarmos em consideração o ciclo de vida do projeto em questão como: a alocação de recursos (os meios, os insumos), o aporte municipal, seu desenvolvimento completo, bem como a sua finalização.

Por isso, após a sua conclusão, é preciso dar um retorno deste projeto ao público interno da Prefeitura Municipal de Paranaguá, aos cidadãos do município, aos contadores e aos contribuintes, que são as empresas prestadoras, ou não, de serviços.

Cabe ao gestor público dar este retorno, podendo fazê-lo através de: reuniões; audiências públicas; folhetos explicativos; rádios; TVs locais; com vistas aos envolvidos; por meio de uma cerimônia de prestação de contas, dentre outras formas.

Nossa idéia para o término deste projeto é que optemos pela última opção acima citada. Onde o gestor público poderia dar este retorno à sociedade, com a intenção de promover uma apresentação formal do Serviço de Atendimento ao Contribuinte (SAC) voltado a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e). Tudo isto, através de uma Cerimônia Formal de prestação de contas com a participação, indispensável, dos jornais, das rádios e TVs locais.

Trata-se de um evento formal dando o devido destaque a importância da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) para o município de Paranaguá. Mostrando a

sociedade parnanguara que a NFS-e se refere a um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente e que poderá ser utilizada em substituição a Nota Fiscal Manual de Serviço, gerado um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.

Destacando, também, que o projeto em questão obedece a todos os critérios exigidos pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e caracteriza-se como o instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a Escrituração Comercial e Fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

O SPED foi instituído tendo em vista o atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que introduziu o inciso XXII ao art. 37, da Constituição Federal, onde determina que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

A Receita Federal do Brasil afirma que o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Este evento mostrará a população parnanguara que os impactos podem ser sentidos em todas as áreas, desde a infra-estrutura tecnológica, passando pelos processos e procedimentos, pela comunicação e até a evolução cultural das pessoas. Significa uma nova era nas relações entre o Fisco e os contribuintes, certamente demandando aos profissionais de contabilidade uma postura diferenciada, tendo que acompanhar de perto as mudanças introduzidas por este processo e adaptar as suas habilidades e competências, nelas incluindo tanto conhecimentos de informática até a melhoria do processo gerencial da empresa.

As Administrações Tributárias despendiam grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a evasão tributária.

Assim, este projeto – A Importância da Nota Fiscal Eletrônica como uma Ferramenta para o Fisco Municipal – justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para a integração do processo de controle fiscal, possibilitando: melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os Fiscos; redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições e o fortalecimento do controle e da fiscalização.

Concluimos, então, após análise de todas as dificuldades apresentadas pelas empresas pesquisadas, com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal da Fazenda, que o principal problema apontado e que justifica o percentual tão pequeno de empresas que aderiram a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço é, exatamente, a falta de suporte técnico.

Por isso, este projeto propõe a criação, ou a adequação à estrutura já existente, do Serviço de Atendimento ao Contribuinte (SAC) voltado a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e). Tendo como objetivo principal, mais do que um apoio técnico, a educação fiscal aplicada diretamente às empresas prestadoras de serviços, junto aos seus, respectivos, contadores.

Esperamos, com a aplicação do projeto em questão, que as empresas parnanguaras não apenas reconheça a importância da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) como uma ferramenta indispensável para o fisco municipal, mas que venham a aderi-la de maneira prática e satisfatória.

7. Referências Bibliográficas

CARAZZA, Roque Antonio. **Legislação, Artigos e Pareceres.** <<http://celepar7cta.pr.gov.br>>. Acesso em: 09/2011.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHAHIN, Ali; CUNHA, Maria Alexandra, et al. e-gov.br: **A próxima revolução brasileira.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. **Do Sistema Tributário Nacional.** <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08/2011.

FERNANDES, Andréa Campos Gomes. Algumas questões para o futuro. In: e-gov.br: **A próxima revolução brasileira.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

_____. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. **Institui a Escrituração Contábil Digital.** DOU de 20/11/2007. <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 09/2011.

JUS BRASIL. **Legislação.** <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>. Acesso em: 08 e 09/2011.

JUS BRASIL. **Tudo o que você precisa saber sobre o SPED.** <<http://csrc-se.jusbrasil.com.br/noticias/2479541/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-sped>>. Acesso em: 08 e 09/2011.

MANDÊTTA, Savério. **Impostos, Taxas e Contribuições.** São Paulo: Editora Colébras, 1974.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual do imposto sobre serviços**. São Paulo: Malheiros, 1998.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo**. Goiânia: Editora MH Comunicação, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Portal de Transparência**. <<http://www.pmpgua.com.br/>>. Acesso em: 07, 08 e 09/2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**. DOU de 22.1.2007. <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em: 09/2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. **Receita Federal do Brasil**. <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 08 e 09/2011.